

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	13
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	66
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	69
----------------------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	70
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	73
--	----

Motivos de Reapresentação	74
---------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	2.726.828	2.615.446	2.587.144
1.01	Ativo Circulante	158.871	242.396	175.494
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.575	4.843	3.661
1.01.01.01	Caixas e bancos	7.575	4.843	3.661
1.01.02	Aplicações Financeiras	33.325	125.137	65.349
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	33.325	125.137	65.349
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	33.325	125.137	65.349
1.01.03	Contas a Receber	103.627	96.891	79.126
1.01.03.01	Clientes	103.627	96.891	79.126
1.01.03.01.01	Contas a receber	8.303	6.506	6.105
1.01.03.01.02	Partes relacionadas	96.954	91.825	75.067
1.01.03.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	-1.630	-1.440	-2.046
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.913	3.242	12.833
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.913	3.242	12.833
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	2.913	3.242	12.833
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.573	6.870	5.247
1.01.07.01	Despesas antecipadas	5.573	6.870	5.247
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.858	5.413	9.278
1.01.08.03	Outros	5.858	5.413	9.278
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.131	686	4.551
1.02	Ativo Não Circulante	2.567.957	2.373.050	2.411.650
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	639.298	529.335	427.077
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	573.373	458.928	353.728
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	573.373	458.928	353.728
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	138	0	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	138	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	65.787	70.407	73.349
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.943	2.729	2.445

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2010</b>
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	61.451	66.178	70.904
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.393	1.500	0
1.02.03	Imobilizado	128.479	90.075	72.616
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	71.955	41.368	38.086
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	56.524	48.707	34.530
1.02.04	Intangível	1.800.180	1.753.640	1.911.957
1.02.04.01	Intangíveis	1.800.180	1.753.640	1.911.957
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.800.180	1.753.640	1.911.957

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	2.726.828	2.615.446	2.587.144
2.01	Passivo Circulante	381.602	1.434.515	736.327
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.810	10.981	12.700
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.810	10.981	12.700
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	13.810	10.981	12.700
2.01.02	Fornecedores	24.337	36.398	49.280
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.337	36.398	49.280
2.01.03	Obrigações Fiscais	152.171	67.974	61.043
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	143.908	60.281	54.075
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	100.394	18.463	19.071
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	36.650	34.365	28.922
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	1.543	2.394	1.563
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	5.321	5.059	4.519
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	173	38	40
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	173	38	40
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.090	7.655	6.928
2.01.03.03.02	ISS a recolher	8.090	7.655	6.928
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	169.052	1.244.390	353.979
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.571	46.936	67.866
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.571	46.936	67.866
2.01.04.02	Debêntures	122.481	1.197.454	286.113
2.01.05	Outras Obrigações	14.789	14.806	152.450
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.509	5.681	2.839
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	5.509	5.681	2.839
2.01.05.02	Outros	9.280	9.125	149.611
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	4.349	4.753	137.249
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4.931	4.372	12.362
2.01.06	Provisões	7.443	59.966	106.875
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.443	59.966	106.875

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2010</b>
2.01.06.01.06	Provisão de manutenção	7.443	59.966	106.875
2.02	Passivo Não Circulante	1.740.860	730.930	983.444
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.265.814	262.369	509.649
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	143.227	189.127	216.880
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	143.227	189.127	216.880
2.02.01.02	Debêntures	1.122.587	73.242	292.769
2.02.02	Outras Obrigações	381.475	392.492	361.118
2.02.02.02	Outros	381.475	392.492	361.118
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	364.820	374.562	361.045
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	16.655	17.930	73
2.02.03	Tributos Diferidos	91.726	75.444	59.680
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	91.726	75.444	59.680
2.02.04	Provisões	1.845	625	52.997
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.845	625	52.997
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	1.242	625	2.524
2.02.04.01.06	Provisão de manutenção	603	0	50.473
2.03	Patrimônio Líquido	604.366	450.001	867.373
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	357.616	203.251	620.623
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	308.266	153.901	571.273

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.681.632	1.486.814	1.618.310
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-578.435	-501.548	-779.558
3.02.01	Custo de construção	-117.334	-60.950	-333.065
3.02.02	Provisão de manutenção	-28.006	-11.398	-44.902
3.02.03	Depreciação e amortização	-89.582	-76.763	-65.394
3.02.04	Custo da outorga	-191.958	-180.517	-167.398
3.02.05	Serviços	-52.388	-80.610	-83.972
3.02.06	Custo com pessoal	-56.097	-52.118	-46.868
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-13.895	-13.266	-14.537
3.02.08	Outros	-29.175	-25.926	-23.422
3.03	Resultado Bruto	1.103.197	985.266	838.752
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-101.732	-87.841	-83.886
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-100.079	-88.777	-84.777
3.04.02.01	Serviços	-58.516	-48.087	-39.293
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-17.276	-19.757	-15.691
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-2.080	-2.474	-1.537
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.714	-2.065	-1.591
3.04.02.05	Outros	-20.493	-16.394	-26.665
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.367	2.973	1.650
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.020	-2.037	-759
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.001.465	897.425	754.866
3.06	Resultado Financeiro	-152.849	-147.500	-127.400
3.06.01	Receitas Financeiras	12.501	13.254	28.846
3.06.02	Despesas Financeiras	-165.350	-160.754	-156.246
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	848.616	749.925	627.466
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-284.751	-253.548	-217.129
3.08.01	Corrente	-268.469	-237.784	-224.004
3.08.02	Diferido	-16.282	-15.764	6.875
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	563.865	496.377	410.337

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	563.865	496.377	410.337
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00322	0,00284	0,00234
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00322	0,00284	0,00234



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	563.865	496.377	410.337
4.03	Resultado Abrangente do Período	563.865	496.377	410.337

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	700.026	513.725	494.758
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	868.052	761.438	647.695
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	563.865	496.377	410.337
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.282	15.764	-6.875
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas	4.727	4.727	4.727
6.01.01.04	Depreciação e amortização	91.296	78.828	67.009
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	3.476	481	362
6.01.01.06	Baixa do ativo intangível	544	1.576	398
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést.e financ.	135.831	99.284	93.797
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	27.747	40.267	31.647
6.01.01.09	Juros, multa e outros enc.s/imp.parcel.	0	0	24.800
6.01.01.10	Descontos obtidos s/ impostos parcelados	0	0	-17.856
6.01.01.11	(Reversão) provisão devedores duvidosos	190	-606	-15
6.01.01.12	Provisão para contingências	617	2.204	2.389
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	28.006	11.399	44.902
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	3.850	17.756	29.402
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-8.379	-6.619	-37.329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-168.026	-247.713	-152.937
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.797	-401	-257
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	-5.267	-16.549	-8.541
6.01.02.03	Tributos a recuperar	329	9.591	-2.779
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.403	-3.123	-80
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-114.445	-105.201	-98.312
6.01.02.06	Outras contas a receber	-659	3.581	-3.646
6.01.02.07	Fornecedores	-12.061	-12.882	-13.192
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	-172	-5.910	-117.749
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	2.829	-1.719	2.085
6.01.02.10	Imp.e contrib.recolher e parcel.e prov. IR/CS	46.708	-19.819	11.493
6.01.02.11	Liquidação de contingências	0	-4.103	-591

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	-404	25.492	134.020
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-83.776	-126.537	-61.351
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-714	9.867	5.963
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-171.881	-82.853	-246.180
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-47.454	-25.766	-22.678
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-124.427	-57.087	-223.502
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-617.225	-369.902	-201.929
6.03.01	Resgates/aplicações (conta de reserva)	0	0	1
6.03.04	Dividendos pagos	-409.500	-913.749	-222.250
6.03.05	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl. - captações	1.144.816	970.583	296.735
6.03.06	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl.-pagamentos de principal	-1.224.454	-332.610	-213.087
6.03.07	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl-pagamento de juros	-128.087	-94.126	-63.328
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-89.080	60.970	46.649
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	129.980	69.010	22.361
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.900	129.980	69.010

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-153.901	-255.599	0	-409.500
5.04.06	Dividendos	0	0	-153.901	-255.599	0	-409.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	563.865	0	563.865
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	563.865	0	563.865
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	197.266	-197.266	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	197.266	-197.266	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.616	111.000	0	604.366

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	620.623	0	0	867.373
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	620.623	0	0	867.373
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-571.273	-342.476	0	-913.749
5.04.06	Dividendos	0	0	-571.273	-342.476	0	-913.749
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	496.377	0	496.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	496.377	0	496.377
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	153.901	-153.901	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	153.901	-153.901	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	203.251	0	0	450.001

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	218.750	0	460.535	0	0	679.285
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	218.750	0	460.535	0	0	679.285
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.000	0	-131.800	-118.449	0	-222.249
5.04.01	Aumentos de Capital	28.000	0	-28.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.800	-118.449	0	-222.249
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	410.337	0	410.337
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	410.337	0	410.337
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	291.888	-291.888	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	291.888	-291.888	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	620.623	0	0	867.373

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
7.01	Receitas	1.811.056	1.604.580	1.723.790
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.787.489	1.583.786	1.703.970
7.01.02	Outras Receitas	23.567	20.794	19.820
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-321.680	-256.043	-563.212
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-92.607	-117.546	-119.669
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-83.733	-66.148	-65.576
7.02.04	Outros	-145.340	-72.349	-377.967
7.02.04.01	Custo de construção	-117.334	-60.950	-333.065
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-28.006	-11.399	-44.902
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.489.376	1.348.537	1.160.578
7.04	Retenções	-91.296	-78.828	-67.010
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-91.296	-78.828	-67.010
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.398.080	1.269.709	1.093.568
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.501	13.254	28.846
7.06.02	Receitas Financeiras	12.501	13.254	28.846
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.410.581	1.282.963	1.122.414
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.410.581	1.282.963	1.122.414
7.08.01	Pessoal	64.004	63.227	54.757
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.905	43.934	37.738
7.08.01.02	Benefícios	16.054	15.449	13.395
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.521	2.381	2.193
7.08.01.04	Outros	1.524	1.463	1.431
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	424.612	383.385	333.110
7.08.02.01	Federais	339.999	306.411	263.835
7.08.02.02	Estaduais	185	159	98
7.08.02.03	Municipais	84.428	76.815	69.177
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	358.100	339.974	324.210
7.08.03.01	Juros	164.515	157.993	154.401
7.08.03.02	Aluguéis	1.626	1.464	2.411

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
7.08.03.03	Outras	191.959	180.517	167.398
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	563.865	496.377	410.337
7.08.04.02	Dividendos	366.599	342.476	118.449
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	197.266	153.901	291.888



## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Discorre também, sobre o trabalho que a CCR AutoBAN vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a CCR AutoBAN continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco do usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto e da fluidez do tráfego do Sistema Anhanguera Bandeirantes, sempre em consonância com as melhores práticas ambientais.

Também neste exercício a CCR AutoBAN inovou no mercado financeiro ao lançar o primeiro lote de debêntures incentivada, através da Portaria nº 214 com ampla distribuição junto a investidores pessoa física.

A CCR AutoBAN, em 2012 atuou nas seguintes obras de importância para sua Região de atuação:

- Revitalização do Pavimento da Rodovia dos Bandeirantes;
- Revitalização do Pavimento da Via Anhanguera;
- Implantação de faixas adicionais na Via Anhanguera km 62 ao 71;
- Implantação de vias marginais na Via Anhanguera km 103 ao 110;
- Implantação de faixas adicionais na Via Anhanguera km 120 ao 128

#### Investimento em Obras

A CCR AutoBAN, desde o início da concessão, em maio de 1998, já investiu mais de R\$ 4,9 bilhões em obras nas rodovias Anhanguera e Bandeirantes, na melhoria constante dos serviços prestados, em educação, para preparar o motorista de amanhã, em saúde, com programas voltados para os motoristas de caminhão, em segurança, nas melhorias das rodovias, dentre outras ações.

#### Vidas Salvas

A CCR AutoBAN salva em média 42 vidas por ano: a média mensal de mortes foi reduzida em 16,5%. Em seus 13 anos de história, a CCR AutoBAN reduziu em 64,9% o índice de mortes no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, que leva em conta a extensão das rodovias, o fluxo de veículos e número de dias do período, em 4,0% o índice de feridos e em cerca de 18,0% o índice de acidentes.

#### Centro de Controle Operacional

Em 2012, o Centro de Controle Operacional (CCO) registrou média mensal de 19,7 mil atendimentos, realizados pelos veículos de inspeção de tráfego (7,9 mil), pelos guinchos (9,4 mil), pelos resgates (1,4 mil), pela irrigadeira (571) e 429 atendimentos por outros veículos de apoio operacional (caminhão munck, caminhão de apreensão de animais e outros).

## Relatório da Administração

### Atendimento Pré-Hospitalar

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em torno de 7'40" minutos, e o guincho, em 16 minutos (tempos em 85% dos casos).

### Cenário Econômico

Em 2012, a desaceleração econômica refletiu diretamente no crescimento do tráfego, com crescimento de apenas 1,21% nos eixos equivalentes da categoria comercial:

Eixos Equivalentes		Mil	
<i>Categoria</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>Variação</i>
<b>Passeio</b>	<b>111.456</b>	<b>116.925</b>	<b>4,91%</b>
<b>Comercial</b>	<b>135.941</b>	<b>137.589</b>	<b>1,21%</b>
<b>Total</b>	<b>247.397</b>	<b>254.514</b>	<b>2,65%</b>

Não houve atos Governamentais ou qualquer outro fator relevante que tenha afetado nosso desempenho.

- Especificamente em relação ao IGP-M, que afeta diretamente os reajustes das nossas tarifas, tivemos uma variação de 4,18% em 2010, 9,77% em 2011 e 4,26% em 2012.

Em dezembro de 2011, foi aprovado Termo Aditivo Modificativo que substituiu o índice de reajuste da tarifa de pedágio do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M – para o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, com reequilíbrio econômico-financeiro pelo IGP-M. Apesar disso, o reajuste da tarifa aplicado a partir do dia 1 de julho, ainda foi pelo IGP-M.

Para 2013, as expectativas atuais de mercado apontam para crescimento de 3,93% do PIB, IGP-M de 4,42%, IPCA de 4,96%, e taxa de câmbio de R\$ 2,09 para cada dólar americano.

A nossa estratégia tem sido:

**Melhoria de Arrecadação.** Trabalhar continuamente na melhoria de nossa base de arrecadação e no acompanhamento de mudanças de tráfego, monitorando a utilização de rotas de fuga, e quando necessário, a negociação com as Prefeituras para inibir o tráfego predatório nas respectivas cidades e, avaliando inclusive a possibilidade de implantação de cabines de bloqueio e de delimitação e proibição de tráfego pesado no centro expandido do município. Também atuamos no apoio para atração de atividades que incrementem a economia local e que contribuam para a elevação do fluxo de veículos pelas nossas rodovias, como a implantação de Centros de Distribuição de grandes atacadistas.

**Maximizar Eficiências Operacionais.** Estamos maximizando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio, por meio da implantação de novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos, controles operacionais e sistemas de comunicação, além do constante aprimoramento das técnicas de atendimento aos usuários.

**Explorar e Desenvolver Oportunidades.** Exploramos e desenvolvemos oportunidades, tais como: (a) aluguel de dutos para fibras óticas para companhias de telecomunicações; (b) cobrança de ocupação de faixa de domínio de tubulações de óleos, gás, água e energia elétrica; (c) viabilização de implantação de empresas que utilizarão o Sistema Anhanguera-Bandeirantes

## Relatório da Administração

para acessos comerciais, industriais ou particulares a suas instalações; (d) acompanhamento e monitoramento de cargas especiais; e) Controle e regularização de painéis (outdoors / totens) ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes (fora da faixa de domínio).

Tais receitas complementares representam 1,4% de nossas receitas totais.

Toda nossa estratégia vem acompanhada das melhores práticas ambientais e de sustentabilidade.

### Riscos de Mercado

#### Risco de Taxa de Juros

A nossa exposição a taxas de juros flutuantes está principalmente relacionada a variações de:

- IGP-M, relativa a empréstimos locais em reais (parte das Debêntures);
- TJLP, relativa a empréstimos locais com o BNDES;
- CDI, relativo a empréstimos locais em reais (parte das Debêntures); e
- IPCA, relativo a empréstimos locais em reais (parte das Debêntures).

A taxa de juros nas aplicações que realizamos é o CDI.

### Resultados Operacionais

#### 1. Desempenho Econômico-Financeiro

##### 1.1 - Receitas

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receita incluem publicidade, manutenção de vias de acesso a estabelecimentos comerciais e uso da faixa de domínio.

Os fatores que influenciam a nossa receita operacional são o volume e classes de Veículos Pedagiados e as tarifas de pedágio. No exercício de 2012, 98,6% de nossa receita adveio do pagamento das tarifas de pedágio e 1,4% resultaram de outras atividades.

Nossa receita operacional bruta aumentou R\$ 150,9 milhões em relação a 2011:

R\$ mil			
	2011	2012	Crescimento
<b>Receita de Pedágio</b>	R\$ 1.522.836	R\$ 1.670.155	9,67%
<b>Receita Acessória</b>	R\$ 20.794	R\$ 23.567	13,34%

O número total de Veículos Pedagiados no Sistema Anhanguera-Bandeirantes aumentou de 150 milhões em 2011 para 156 milhões em 2012.

O reajuste das nossas tarifas é feito pela variação do IGP-M entre os meses de maio de cada ano e aplicados a partir do dia 1 de julho. Em 2012 a variação do IGP-M ocorrida naquele período foi de 4,26%, o que acarretou na atualização das tarifas de cada praça de pedágio. A partir de 2013 o reajuste das tarifas passará a ser feito pela variação do IPCA e haverá reequilíbrio econômico financeiro se ocorrer variação do IGP-M.

## Relatório da Administração

### 1.2 – Deduções da Receita Bruta

Os tributos incidentes sobre a nossa receita são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas nossas as receitas.

Em 2012, foram recolhidos aos cofres dos municípios de Cordeirópolis, Franco da Rocha, Jundiaí, Nova Odessa, Campinas, Itupeva, Caieiras, Americana, Osasco, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia, Louveira, Valinhos, Vinhedo, Cajamar, Limeira e São Paulo o montante de R\$ 84 milhões, relativos ao ISS sobre receitas de pedágio e receitas acessórias.

### 1.3 - Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil e no benefício econômico dos investimentos nas rodovias, limitados ao prazo da concessão;
- custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificados como “intangível”;
- provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- custos da outorga pagos ao Poder Concedente, cujo montante em 2012 foi de R\$ 192 milhões, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras;
- Custo com pessoal, que corresponde ao efetivo operacional para a prestação de serviços na rodovia; e
- outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

### 1.4 - Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração e operação. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

### 1.5 - Juros e Outras Despesas Financeiras

Os juros consistem primordialmente nos juros decorrentes do nosso endividamento, que são contratados em regime de taxas flutuantes e variam em função do nível de endividamento e/ou das taxas de juros.

A tabela a seguir indica as taxas de juros incidentes sobre nossas dívidas:

**Relatório da Administração**

<i>Tipo</i>	<i>Dívida</i>	<i>Taxa</i>
CDI	Debêntures	108%
IGP-M	Debêntures	IGP-M + 10,65%
TJLP	BNDES	TJLP + 2,12%
CDI	Debêntures	103,3%
CDI	Notas Promissórias	105,5%
CDI	Debêntures	109%
IPCA	Debêntures	IPCA+2,71%
CDI	Notas Promissórias	104,5%

**1.6 - Receitas Financeiras**

As receitas financeiras são geralmente compostas por receitas auferidas a partir dos investimentos financeiros, geralmente em CDI, que realizamos com os nossos saldos de caixa, e, assim, variam em função do volume de recursos aplicados e/ou das taxas de juros.

**1.7 - Investimentos**

Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 2.869 milhões (mais de R\$ 4,9 bilhões em valores de hoje), tendo atuado em 2012 em diversas obras e melhorias, sendo destacadas:

- Revitalização do Pavimento da Rodovia dos Bandeirantes;
- Revitalização do Pavimento da Via Anhanguera;
- Implantação de faixas adicionais na Via Anhanguera km 62 ao 71;
- Implantação de vias marginais na Via Anhanguera km 103 ao 110;
- Implantação de faixas adicionais na Via Anhanguera km 120 ao 128;
- Revitalização do Sistema de Arrecadação; e
- Revitalização do Centro de Controle Operacional (CCO).

**1.8 – Financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor de nossos financiamentos era de R\$ 1.434,9 milhões.

A tabela abaixo apresenta a porcentagem do nosso endividamento em dezembro de 2012:

<i>Dívida</i>	<i>% Endividamento</i>
BNDES	13%
Debêntures	83%
Notas Promissórias	4%

Os contratos de financiamento impõem restrições à distribuição de dividendos atrelados a índices que medem a qualidade de crédito da Companhia. Em 2012 todos esses índices foram atingidos. Além das restrições sobre a distribuição de dividendos, outras distribuições ou recompras de ações, os contratos impõem limitações para criação de direito real sobre ativos, captação de novas dívidas e realização de operações entre partes relacionadas em bases não equitativas.

## Relatório da Administração

O pagamento de nosso endividamento frente ao BNDES é mensal, frente aos debenturistas é anual para as séries 1 e 2 e semestral para a série 3 e anual para as notas promissórias. Para a quarta série de debêntures, ainda estamos no período de carência, até Dezembro/2015.

### 2. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, tínhamos respectivamente 1.259, 1.307 e 1.321 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

<i>Categoria</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
<b>Administração</b>	<b>90</b>	<b>155</b>	<b>147</b>
<b>Operação</b>	<b>1.169</b>	<b>1.152</b>	<b>1.174</b>
<b>Total</b>	<b>1.259</b>	<b>1.307</b>	<b>1.321</b>
<b>Turn-Over</b>	<b>1,97</b>	<b>1,96</b>	<b>2,09</b>

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2011/2012 foi de 5,0%. O salário normativo da categoria é de R\$ 770,00.

Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da CCR AutoBAn relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

### 3. Redução de Acidentes

Em 2012 foi registrado uma redução de 64,9% no índice de vítimas fatais em relação ao período anterior à concessão.

Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a CCR AutoBAn continua realizando ações para a superação desses índices dentre as quais destacamos:

- Programa de Educação para o Trânsito, onde cerca de 55 mil alunos da rede pública de 18 municípios situados ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes recebem as primeiras noções sobre trânsito e direção responsável.
- Programa de Redução de Acidentes – PRA, que é feito através da análise dos acidentes, verificando as incidências e estabelecendo ações para minimizar as ocorrências.

## Relatório da Administração

### 4. Atendimento ao Usuário

O SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), com suas equipes e viaturas em atuação 24 horas por dia, atingiu 655 mil atendimentos, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários, assim distribuídos em 2012:

●	Inspeção de tráfego	98.874
●	Resgate	17.980
●	Guinchos leves e pesados	109.751
●	Caminhões-pipa e de apreensão de animais	8.262
●	Outros veículos operacionais	3.038
●	Disque CCR AutoBAn, 0800 55 55 50	417.958
●	<b>Total</b>	<b>655.863</b>

Além dos atendimentos do SAU, em 2012 registramos mais de 18,2 mil ligações em nossa Ouvidoria e mais de 3,08 milhões de acessos em nosso site o que de modo geral representou em 2012 um atendimento a usuário a cada 8 segundos.

O sistema de monitoramento de tráfego, operado por meio de 87 câmeras de TV, interligadas por redes de fibras óticas ao CCO (Centro de Controle Operacional), cobrem 83,2% do nosso sistema rodoviário, o que, aliado ao 0800 (Disque CCR AutoBAn - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência (CallBox) instalado a cada quilômetro das rodovias do Sistema, ao sistema analisador de tráfego e com a efetiva atuação da inspeção de estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Militar Rodoviária (PMRv), da CETESB, da Defesa Civil e dos Bombeiros contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

### 5. Política Ambiental

A CCR AutoBAn está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A CCR AutoBAn tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

## Relatório da Administração

### 6. Responsabilidade Social

#### Programa Estrada para a Cidadania

Desenvolvido nos municípios de Americana, Caieiras, Cajamar, Cordeirópolis, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itupeva, Hortolândia, Limeira, Louveira, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos, Várzea Paulista e Vinhedo, abrange 270 escolas e um público de 55 mil alunos de 4º e 5º ano, além de 3 mil professores do ensino fundamental das escolas municipais. Tem como objetivo conscientizar para o respeito à vida, a preservação do meio ambiente, e formar pedestres e futuros motoristas mais conscientes de suas responsabilidades. Por meio das atividades realizadas dentro e fora da sala de aula, os alunos são estimulados a transmitir os valores aprendidos à família e à comunidade.

#### Programa Estrada para a Saúde

Atenta às dificuldades do caminhoneiro para cuidar da saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como o sono e a automedicação, a CCR AutoBAN lançou o Programa Estrada para a Saúde em agosto de 2006. Em um moderno Centro de Atendimento de 260 m<sup>2</sup> instalado na Área de Descanso do Caminhoneiro, no km 56 da pista sentido interior-capital da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348), junto ao Posto de Serviços Graal, na região de Jundiaí, o Programa oferece atendimentos gratuitos diários, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 21h30, facilitando e estimulando o comparecimento dos motoristas que podem escolher o dia e horário mais adequado. No local, o caminhoneiro pode fazer exames de tipagem sanguínea, fator Rh, glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultar o médico ou psicóloga e cuidar da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo, massagem bioenergética e cuidados com os pés (podologia). Entre agosto de 2006 e dezembro de 2012 o Programa realizou cerca de 70 mil atendimentos, oferecendo acompanhamento contínuo aos profissionais do volante, com orientações preventivas (distribuição de folhetos educativos) para melhorar a qualidade de vida e bem-estar. O projeto tem parceria com a Rede Graal e a Interodonto.

#### Competências do Saber

Voltado para crianças e adolescentes deficientes auditivos, o projeto Educação para o Pensar ocupa uma posição privilegiada e importante no processo de reabilitação, pois demarca os primeiros e fundamentais passos do participante. Neste projeto, os jovens são estimulados e capacitados para desenvolver competências globais que irão subsidiar seu processo integral de desenvolvimento, desde a capacidade de analisar situações cotidianas até refletir sobre a complexidade de suas emoções. O projeto Educação para o Pensar é uma iniciativa da Ateal (Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem) e atende 60 crianças e adolescentes, de 7 a 18 anos, em Jundiaí.

#### Projeto Guri

Busca promover a inclusão sociocultural de jovens por meio do ensino musical, oferecendo, gratuitamente, aulas de instrumentos de corda, sopro, percussão e canto coral para crianças e adolescentes. A CCR AutoBAN tem parceria com a Associação Amigos do Projeto Guri dos polos Jundiaí, Campinas, Vinhedo, Sumaré, Nova Odessa e Cordeirópolis. O público beneficiado é de aproximadamente 1.200 crianças e adolescentes, entre 6 e 18 anos.

#### Projeto Basquete – Treinando para a Vida

O projeto oferece aulas de basquete tendo como vertentes o “ser, conviver, conhecer e fazer”. Uma forma de despertar a autoestima, a atuação em grupo, a convivência familiar e a



## Relatório da Administração

valorização da vida por meio da prática esportiva. A parceria com o Instituto Barrichelo Kanaan beneficiou os núcleos de Itupeva, Nova Odessa e Perus, que abrange um público de 300 crianças, entre 7 e 14 anos.

### Orquestra Sinfônica Limeira

Com o apoio à Sociedade Pró-Sinfônica de Limeira, músicos e jovens alunos da Escola Livre de Música são beneficiados. Com o objetivo da formação de um público de concerto, a orquestra executa um repertório eclético que vai do barroco até a música popular brasileira, passando pelos principais compositores da música erudita. Para formar novos músicos a orquestra oferece, através de sua Escola Livre de Música, cursos gratuitos nas áreas de cordas, sopros, percussão, viola caipira e coro para 700 alunos. A orquestra realiza durante o ano sua temporada oficial no Teatro Vitória, além de concertos didáticos em bairros e outras cidades da região. Atualmente conta com 60 profissionais, dando não só oportunidade a músicos da região como também contando com a presença de solistas de renome nacional e internacional.

### Guardiões da Mata

Por meio da parceria com a Associação Mata Ciliar, o projeto busca encaminhar todo animal silvestre resgatado com vida nas rodovias Anhanguera e Bandeirantes à Associação Mata Ciliar para ser reabilitado e reintegrado à natureza. A parceria inclui o aprimoramento da capacitação de 140 colaboradores que atuam diretamente no resgate dos animais das pistas. Desde o início da parceria, em 2009, cerca de 150 animais já foram encaminhados à instituição, sendo 20% reintegrados à natureza.

### Estrada para a Casa

A CCR AutoBAN iniciou, em maio de 2008, o programa Estrada para Casa, que visa ajudar as crianças desaparecidas a reencontrar o caminho do lar, por meio da divulgação de suas fotos no verso do recibo de pedágio.

Em parceria com a ONG Mães em Luta são selecionadas as fotos das crianças e divulgadas junto com o telefone da ONG: (11) 3224-0935. As imagens no verso do recibo de pedágio da CCR AutoBAN estão impressas horizontalmente, de forma a que sempre uma criança seja identificada na totalidade (sem corte de imagem). Atualmente, pelo menos 350 mil usuários do Sistema Anhanguera-Bandeirantes recebem diariamente uma foto.

### Na mão certa

O programa é apoiado pelo Grupo CCR que, ao lado de outras grandes empresas, líderes em seus setores de atuação, decidiu abraçar uma causa extremamente delicada: o combate à exploração sexual de menores. O Programa Na Mão Certa, idealizado pelos institutos Childhood e Ethos, quer mobilizar toda a sociedade civil em prol da causa. Estão sendo adotadas diversas estratégias para a busca de soluções mais eficazes, como a criação de um Pacto Empresarial, além de ações voltadas especificamente para os caminhoneiros.

### Cine Tela

Idealizado pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi, o cinema itinerante apresenta uma das maiores taxas de ocupação do cinema nacional: 86%. São exibidas produções nacionais de qualidade na tenda itinerante, instalada em um caminhão equipado com material de última geração, ar condicionado, projeção cinemascope, som stereo surround e 225 lugares. Em 2012, o Cine Tela percorreu os municípios de Jundiá, Sumaré e Pirituba.

## **Relatório da Administração**

### **Oficina Cine Tela**

O projeto, que também faz parte do Cine Tela, possibilita que jovens da comunidade, a partir dos 15 anos, participem de uma oficina de cinema e produzam três curta-metragens, que são exibidos no evento de encerramento, aberto ao público, com a presença de um cineasta convidado para comentar os trabalhos. Os jovens de Valinhos foram beneficiados em 2012.

### **Teatro a Bordo**

O Teatro a Bordo é um projeto que leva arte, cultura e diversão para os municípios, dentro de um contêiner. Além de espetáculos infantis e adultos, o público pode participar de oficinas de reciclagem e exibições de filmes. Em 2012, as apresentações foram em Louveira e Santa Bárbara D'Oeste.

### **Salão Internacional do Humor de Piracicaba**

A CCR AutoBAn é patrocinadora do Salão Internacional do Humor de Piracicaba. De forma bem-humorada, a Concessionária apresentou em seu espaço a mensagem de Segurança no Trânsito por meio de painéis interativos. Além disso, realizou apresentações do espetáculo Páginas de Aventura, com foco na preservação do meio ambiente, para crianças da rede pública. O Salão do Humor aconteceu de 25 de agosto a 14 de outubro de 2012, no Parque Engenho Central de Piracicaba, e reuniu mais de 80 mil pessoas.

### **Ações de Voluntariado**

#### **Voluntários da Vida**

Sensibilizada com a importância da doação voluntária de sangue, a CCR AutoBAn iniciou o Programa Voluntários da Vida em abril de 2006. Uma pesquisa realizada com os 1.162 colaboradores da Concessionária revelou que mais de 50% deles desejavam ser doadores regulares de sangue, o que motivou a criação do programa de responsabilidade social.

O objetivo do programa é contribuir com os hemocentros e bancos de sangue da região do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, no abastecimento de seus estoques, para beneficiar os pacientes da rede hospitalar. Além disso, orienta e incentiva os colaboradores internos da CCR AutoBAn e das empresas do Grupo CCR (Actua, Engelog e Engelogtec) a serem doadores voluntários de sangue. Nas 19 campanhas realizadas até dezembro de 2012, em média três por ano, em Jundiaí, Americana e Campinas, o Programa Voluntários da Vida reuniu cerca de 2.500 doações. As bolsas de sangue, após os exames sorológicos, foram distribuídas aos hospitais públicos e filantrópicos de Jundiaí, Americana, Campinas e de toda região de abrangência do sistema. Cada bolsa beneficia diretamente até três pacientes que precisem de transfusão. Desde que foi lançado, o Programa já ajudou quase 8 mil pacientes. São parceiros na ação a Colsan Jundiaí, o Hemocentro de Americana (Fusame) e Hemocentro da Unicamp. Em 2012 participaram 565 doadores, beneficiando 1.695 pessoas.

#### **Campanha do Agasalho**

Anualmente a Concessionária realiza a Campanha do Agasalho com o intuito de estimular os colaboradores a exercitarem a cidadania por meio da doação de roupas e agasalhos e beneficiar famílias carentes dos municípios limdeiros. Em 2012 a campanha arrecadou 23.215 peças que foram doadas para instituições de 14 municípios.

## Relatório da Administração

### Natal em Dobro

A campanha Natal em Dobro, que acontece anualmente, visa estimular os colaboradores a exercitarem a solidariedade por meio da doação de alimentos e beneficiar instituições que apoiam famílias carentes dos municípios lindeiros. A Concessionária dobra essa quantidade e promove a doação a instituições da região, escolhidas pelos próprios colaboradores. Em 2012 a campanha arrecadou, entre doações dos colaboradores e da Concessionária, 11mil kg de alimentos, que beneficiaram 21 instituições em 9 municípios.

### 7. Dividendos

Em 2012, em conformidade com as exigências contratuais com o Poder Concedente, com as instituições financeiras e com a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária, a CCR AutoBAN distribuiu dividendos em Abril e Outubro. O total dos dividendos distribuídos foi de R\$ 409.500.

### 8. Reconhecimentos

- A Concessionária tem se destacado pela sua excelência na prestação de serviços, e por isso conquistou dentre outros os seguintes prêmios:
  - Pelo 7º ano consecutivo a Rodovia dos Bandeirantes foi considerada a “Melhor Rodovia do País” pelo Guia 4 Rodas;
  - “Melhor Concessionária”, conquistado pela 7ª vez (2002, 2004, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012), conferido pela NTC & Logística – Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística;
  - Campeã do setor Transporte e Logística pelo ranking das melhores empresas do Brasil, realizado pelo grupo Valor Econômico.

### 9. Agradecimentos

A CCR AutoBAN agradece a todos os nossos usuários, aos Acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo e a ARTESP, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Militar Rodoviária pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos Colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

### 10. Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As

## **Relatório da Administração**

informações não financeiras assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

### **11. Declaração da Diretoria**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Jundiaí, 27 de fevereiro de 2012

*A Administração.*

## Notas Explicativas

### 1 Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede esta localizado na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2026, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
    - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
    - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
    - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
    - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
    - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
    - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
    - Recuperação do trevo do km 62. (a)
  - Na Rodovia dos Bandeirantes:
    - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
    - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (b)
    - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)
- a) Obras concluídas.
- b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstas no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

## Notas Explicativas

### *Bens reversíveis*

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

### *Outras informações relevantes*

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando a declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Réus apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia entre outros argumentos, a prescrição do direito de ação amparada nos termos do inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). A AutoBAN opôs Embargos de Declaração contra a decisão, que não acolher a defesa prévia que foram rejeitados em 29 de julho de 2012, que aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A AutoBAN ainda não foi citada para contestar a ação.

- Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S/A (CCR-AutoBan), solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresenta manifestação em 14 de dezembro de 2012, a CCR AutoBan foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo está suspenso, por decisão da ARTESP, até que sejam fornecidos documentos antecedentes à CCR AutoBan.

## 2 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras da Companhia.

### a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

### b) Receitas de Serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM nº 576/09, correlacionada ao CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

## Notas Explicativas

### c) Instrumentos financeiros

#### • Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventualmente participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

#### • Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### • Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

## Notas Explicativas

- **Capital social – ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

- d) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- e) **Custo de transação na emissão de títulos de dívida**

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

- f) **Ativo imobilizado**

- **Reconhecimento e mensuração**

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Depreciação**

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. Ativos arrendados são depreciados pelo



## Notas Explicativas

menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida, e tem seu valor recuperável testado, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

### h) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº18a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº18b.

### i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

## Notas Explicativas

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

### j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### **Provisão de manutenção - contratos de concessão:**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

## Notas Explicativas

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

### k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

### m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das

## Notas Explicativas

demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

### **o) Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

### **p) Direito da concessão**

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 25) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão por serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

## Notas Explicativas

### q) **Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### r) **Demonstrações do valor adicionado**

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

### s) **Novos pronunciamentos e interpretações**

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee – IFRIC*, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda

## Notas Explicativas

não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados à remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

## Notas Explicativas

- (a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010;
- (b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011;
- (c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012; e
- (d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.

Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente a IAS 19, revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações

### 3 Apresentação demonstrações financeiras

#### *Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 27 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### Reclassificações

	31/12/2011			01/01/2011		
	(Apresentado anteriormente)	(Ajuste)	(Reapresentado)	(Apresentado anteriormente)	(Ajuste)	(Reapresentado)
<b>Ativos</b>						
Ativo circulante	242.396	-	242.396	175.703	-	175.703
Ativo não circulante						
Tributos diferidos	131.383	(131.383)	-	129.651	(129.651)	-
Total do Ativo não circulante	2.504.433	(131.383)	2.373.050	2.541.301	(129.651)	2.411.650
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.746.829</b>	<b>(131.383)</b>	<b>2.615.446</b>	<b>2.717.004</b>	<b>(129.651)</b>	<b>2.587.353</b>
<b>Passivo</b>						
Passivo circulante	1.434.515	-	1.434.515	736.536	-	736.536
Imposto e Contribuições a Recolher	15.146	18.463	33.609	13.050	19.071	32.121
Imposto de renda e contribuição social	18.463	(18.463)	-	19.071	(19.071)	-
Passivo não circulante						
Tributos diferidos	206.827	(131.383)	75.444	206.827	(129.651)	77.176
Total do Passivo não circulante	862.313	(131.383)	730.930	1.113.095	(129.651)	983.444
Patrimônio Líquido	450.001	-	450.001	867.373	-	867.373
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.746.829</b>	<b>(131.383)</b>	<b>2.615.446</b>	<b>2.717.004</b>	<b>(129.651)</b>	<b>2.587.353</b>

Em 31 de dezembro de 2012, o valor do imposto de renda diferido ativo e passivo é apresentado pelo valor líquido, em razão de a Companhia ter o direito legal de compensar o ativo fiscal contra um passivo fiscal que se relacionarem com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Para fins de comparabilidade foram reclassificados os valores do ativo fiscal diferido para apresentação líquida no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, conforme demonstração:

### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado

### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



## Notas Explicativas

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

### Notas

- 2 – Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão;
- 7 – Provisão para devedores duvidosos;
- 8b – Impostos diferidos;
- 11 – Depreciação do ativo imobilizado;
- 12 – Amortização do ativo intangível;
- 17 – Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis ;
- 18 – Classificação de arrendamento mercantil;
- 19 – Provisão de manutenção;
- 23 – Mensuração de instrumentos financeiros

#### 4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

#### 5 Gerenciamento de riscos financeiros

##### Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

- a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as

## Notas Explicativas

investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.

A Companhia esta exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais, (2) IGP-M , CDI e IPCA relativo às debêntures e CDI e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em na sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

### c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	46.644	90.622	52.694	-
Debêntures e notas promissórias	123.757	282.195	482.500	361.875

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e bancos	7.575	4.843
Aplicações financeiras	<u>33.325</u>	<u>125.137</u>
	<u>40.900</u>	<u>129.980</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,03% do CDI, equivalente a 8,31% ao ano (11,50% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2011).

**Notas Explicativas****7 Contas a receber**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias	3.390	2.788
Pedágio eletrônico – outros	<u>4.913</u>	<u>3.718</u>
	8.303	6.506
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	<u>(1.630)</u>	<u>(1.440)</u>
	<u><u>6.673</u></u>	<u><u>5.066</u></u>

**Idade de vencimentos dos títulos**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Créditos a vencer	6.259	4.728
Créditos vencidos até 60 dias	302	302
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	111	36
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	81	93
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>1.550</u>	<u>1.347</u>
	<u><u>8.303</u></u>	<u><u>6.506</u></u>

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90.

**Notas Explicativas****8 Imposto de renda e contribuição social****a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	848.616	749.925
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(288.529)	(254.975)
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
Despesas com brindes e associações de classe	(256)	(297)
Despesas indedutíveis	(440)	(295)
Incentivo relativo ao imposto de renda	7.273	6.373
Incentivos Fiscais	(2.406)	(2.131)
Juros e multas indedutíveis - Lei 11.941/09	-	205
Outros ajustes tributários	21	(1.033)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(414)	(1.395)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(284.751)</u>	<u>(253.548)</u>
Impostos correntes	(268.469)	(237.784)
Impostos diferidos	(16.282)	(15.764)
	<u>(284.751)</u>	<u>(253.548)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

**Notas Explicativas****b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
<b>Bases ativas</b>			
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	90.184	76.911	43.609
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	31.358	31.392	25.082
Constituição da provisão de manutenção ( c)	2.736	20.388	53.499
Provisões para comissões sobre empréstimos	-	-	3.558
Provisão para participação nos resultados (PLR)	766	572	1.098
Provisão para devedores duvidosos	554	490	696
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	472	449	346
Custo da transação na emissão de títulos	285	397	446
Provisão para perda de investimentos	297	297	297
Depreciação, juros sobre leasing e outros	526	274	162
Provisão para contingências	423	213	858
	<u><b>127.601</b></u>	<u><b>131.383</b></u>	<u><b>129.651</b></u>
<b>Bases passivas</b>			
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(163.518)	(151.747)	(134.543)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(54.980)	(54.683)	(54.665)
Pagamentos de juros, principal leasing e outros	(829)	(397)	(123)
	<u><b>(219.327)</b></u>	<u><b>(206.827)</b></u>	<u><b>(189.331)</b></u>
<b>Passivo Diferido Líquido</b>	<u><u><b>(91.726)</b></u></u>	<u><u><b>(75.444)</b></u></u>	<u><u><b>(59.680)</b></u></u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizadas na proporção da resolução final das contingências dos eventos.

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “a”, conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;

**Notas Explicativas****9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão**

	<b>Início da concessão</b>		<b>Extensão do prazo da concessão</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
	Circulante	4.727	4.727	
Não Circulante	61.451	66.178	573.373	458.928

A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ou pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos a outorga fixa da concessão ou a indenizações de contratos sub-rogados, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa o qual o prazo de encerramento da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão das concessões.

**10 Partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	<b>Serviços Prestados</b>	<b>Receita</b>	<b>Aquisição de intangível</b>	<b>Contas a receber</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>					
CCR S.A - Divisão Actua (a)	23.718	-	-	72	1.999
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (b)	33.748	-	-	104	2.677
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia. (c)	-	-	329	-	833
SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (d)	-	996	-	149	-
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (e)	15.927	-	-	96.767	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2012				96.954	5.509
Total não circulante, 31 de dezembro de 2012				138	-
Total, 31 de dezembro de 2012	73.393	996	329	97.092	5.509
Total, 31 de dezembro de 2011	53.165	-	8.543	91.825	5.681

**Notas Explicativas**

Na AGO realizada em 13 de abril de 2012, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.300, a qual não inclui os encargos sociais.

- a) Prestador de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- b) Prestador de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia;
- d) Contrato para entrega futura de transmissão de dados em alta capacidade, através de fibras ópticas; e
- e) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente.

**a) Despesas com profissionais chave da administração**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
1. Remuneração:		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.303	1.222
2. Outros benefícios		
Provisão de participação no resultado	3.351	3.586
Previdência privada	168	158
Seguro de vida	<u>5</u>	<u>4</u>
	<u>4.827</u>	<u>4.970</u>

**b) Saldos a pagar aos profissionais chave da administração****Profissionais chave**

Remuneração à pagar (g)	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	3.472	2.369

Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração: Conselho da Administração (somente remuneração fixa) e Diretoria.

**Notas Explicativas****11 Ativo Imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imobilizações em andamento	-	56.524	-	56.524	48.707		48.707
Máquinas e equipamentos	15	28.019	(16.110)	11.909	25.662	(13.669)	11.993
Móveis e utensílios	12	4.412	(2.265)	2.147	3.859	(2.138)	1.721
Sistemas operacionais	14	115.922	(64.668)	51.254	82.980	(61.445)	21.535
Veículos	21	17.455	(10.810)	6.645	16.240	(10.121)	6.119
		<u>222.332</u>	<u>(93.853)</u>	<u>128.479</u>	<u>177.448</u>	<u>(87.373)</u>	<u>90.075</u>

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

**Movimentação do custo**

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Imobilizações em andamento	48.707	4.607	(1.882)	5.092	56.524
Máquinas e equipamentos	25.662	2.950	(638)	45	28.019
Móveis e utensílios	3.859	868	(316)	1	4.412
Sistemas operacionais	82.980	40.736	(7.806)	12	115.922
Veículos	16.240	2.365	(802)	(348)	17.455
	<u>177.448</u>	<u>51.526</u>	<u>(11.444)</u>	<u>4.802</u>	<u>222.332</u>

  

	2010		2011		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Imobilizações em andamento	34.530	28.493	(10)	(14.306)	48.707
Máquinas e equipamentos	20.359	387	(776)	5.692	25.662
Móveis e utensílios	3.012	66	(158)	939	3.859
Sistemas operacionais	77.919	598	(2.390)	6.853	82.980
Veículos	14.419	381	(1.082)	2.522	16.240
	<u>150.239</u>	<u>29.925</u>	<u>(4.416)</u>	<u>1.700</u>	<u>177.448</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.



**Notas Explicativas**

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.072 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.159 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

**Movimentação da depreciação**

	2011		2012		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Sistema Operacionais	(61.445)	(9.870)	6.647	-	(64.668)
Móveis e utensílios	(2.138)	(278)	151	-	(2.265)
Máquina e equipamentos	(13.669)	(2.931)	490	-	(16.110)
veículos	(10.121)	(1.371)	680	2	(10.810)
	<u>(87.373)</u>	<u>(14.450)</u>	<u>7.968</u>	<u>2</u>	<u>(93.853)</u>

  

	2010		2011		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Sistema Operacionais	(54.116)	(9.419)	2.093	(3)	(61.445)
Móveis e utensílios	(2.000)	(257)	119	-	(2.138)
Máquina e equipamentos	(11.469)	(2.840)	637	3	(13.669)
veículos	(10.038)	(1.169)	1.086	-	(10.121)
	<u>(77.623)</u>	<u>(13.685)</u>	<u>3.935</u>	<u>-</u>	<u>(87.373)</u>

(a) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado

**12 Ativos Intangíveis**

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia avaliou os valores recuperáveis de seus ativos, que são substancialmente oriundos de direito de concessão com prazo definido, com vistas a monitorar a existência de indicativos de perda de valor recuperável, sendo que não foram encontrados indícios que levassem ao entendimento de perdas em tais valores.

Para avaliação e determinação do valor em uso dos respectivos ativos intangíveis, a Companhia utilizou premissas chaves relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB de cada ativo.

	Taxa anual de amortização %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	2.317.704	(522.148)	1.795.556	2.196.615	(446.995)	1.749.620
Direitos de uso de sistemas informatizados	19	5.996	(3.666)	2.330	4.344	(3.097)	1.247
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	4.654	(2.360)	2.294	4.218	(1.445)	2.773
		<u>2.328.354</u>	<u>(528.174)</u>	<u>1.800.180</u>	<u>2.205.177</u>	<u>(451.537)</u>	<u>1.753.640</u>

(\*) Amortização pela curva do benefício econômico

**Notas Explicativas****Movimentação do custo**

	2011		2012		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.196.615	126.645	(755)	(4.802)	2.317.703
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.344	1.652	-	-	5.996
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	4.218	437	-	-	4.655
	<b>2.205.177</b>	<b>128.734</b>	<b>(755)</b>	<b>(4.802)</b>	<b>2.328.354</b>

	2010	2011				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Ressarcimento de obras (**)	
Direitos de exploração da infraestrutura	2.293.886	68.089	(2.182)	(5.190)	(157.988)	2.196.615
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.287	-	(1)	1.058	-	4.344
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.785	1	-	2.432	-	4.218
	<b>2.298.958</b>	<b>68.090</b>	<b>(2.183)</b>	<b>(1.700)</b>	<b>(157.988)</b>	<b>2.205.177</b>

(\*\*) Refere-se parte do equilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizados pela Companhia, conforme descrito no Terno Aditivo Modificado nº24.

(a) Reclassificação do ativo Intangível para o ativo imobilizado

**Movimentação da amortização**

	2011		2012		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(446.995)	(75.362)	211	(2)	(522.148)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.097)	(569)	-	-	(3.666)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.445)	(915)	-	-	(2.360)
	<b>(451.537)</b>	<b>(76.846)</b>	<b>211</b>	<b>(2)</b>	<b>(528.174)</b>

	2010	2011		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(383.181)	(64.421)	607	(446.995)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2.810)	(287)	-	(3.097)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.010)	(435)	-	(1.445)
	<b>(387.001)</b>	<b>(65.143)</b>	<b>607</b>	<b>(451.537)</b>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.307 no exercício de 2012 (R\$ 2.460 no exercício de 2011). A taxa média mensal de capitalização no exercício de 2012 foi de 1,12 a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,77% a.m. no exercício de 2011.

## Notas Explicativas

### 13 Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/12/2012	Vencimento final	31/12/2012	31/12/2011
BNDES- FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	162	Fevereiro de 2017	172.005	213.351 (b)
BNDES- FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	16.234	20.143 (b)
Bradesco S.A. (Finame)	TJLP + 1% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	271	463 (c)
Banco Alfa S.A. (Arrendamento Mercantil)	CDI + 1,5 % a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	503	1.335 (c)
Itaú Leasing S.A (Arrendamento Mercantil)	1,2321% a.m	N/I	-	-	Maio de 2014	36	56 (c)
Bradesco S.A. (Arrendamento Mercantil)	1,14% a.m	N/I	-	-	Novembro de 2014	484	715 (c)
Finame Alfa	7,7% a.a	N/I	-	-	Julho de 2017	265	- (c)
<b>Total em moeda nacional</b>						<b>189.798</b>	<b>236.063</b>
						<b>41.274</b>	<b>40.908</b>
<b>Circulante</b>							
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						46.644	47.030
Custos de transação						(73)	(94)
						<b>46.571</b>	<b>46.936</b>
<b>Não Circulante</b>							
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						143.316	189.299
Custos de transação						(89)	(172)
						<b>143.227</b>	<b>189.127</b>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1). Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada;

#### Garantias:

- (b) Fiança bancária.  
(c) Fiança bancária com aval do acionista controlador.

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<b>2012</b>
2014	45.476
2015	45.146
2016	45.146
Após 2016	7.548
	<b>143.316</b>

## Notas Explicativas

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

- Em 05 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.
- O principal e os juros estão sendo pagar em parcelas mensais, a partir do dia 15 de março de 2011, até 15 de fevereiro de 2017.
- Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

### 14 Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em		Vencimento final	31/12/2012	31/12/2011		
				31/12/2012	31/12/2011					
1a Emissão - Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	7	-	Abril de 2014	53.304	74.035	(c)	
1a Emissão - Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	65	-	Outubro de 2013	30.306	56.255	(c)	
1a Emissão - Série 3	103,3% do CDI	0,1846% (b)	2.809	-	-	Abril de 2012	-	46.736	(c)	
2a Emissão - Série única	108% do CDI	0,2114% (b)	662	-	-	Setembro de 2012	-	133.805	(d)	
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1084% (b)	4.151	4.042	-	Setembro de 2017	974.667	-	(d)	
4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71%	0,0876% (b)	1.110	1.091	-	Outubro de 2017	136.409	-	(d)	
Cetip (Notas promissórias)	105,50% do CDI	0,0559% (a)	562	-	-	Novembro de 2012	-	959.865	(d)	
Cetip (Notas promissórias)	104,5% do CDI	0,0073% (a)	54	54	-	Maior de 2013	50.382	-	(d)	
							<u>1.245.068</u>	<u>1.270.696</u>		
<b>Circulante</b>										
Debêntures e notas promissórias								123.757	1.198.352	
Custos de transação								(1.276)	(898)	
							<u>122.481</u>	<u>1.197.454</u>		
<b>Não Circulante</b>										
Debêntures								1.126.570	73.333	
Custos de transação								(3.983)	(91)	
							<u>1.122.587</u>	<u>73.242</u>		

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

## Notas Explicativas

### Garantias:

- (c) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.  
 (d) Não existem garantias.

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>2012</u>
2014	24.746
2015	120.625
2016	482.500
Após 2016	<u>498.699</u>
	<u><u>1.126.570</u></u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- a. Em 1º de abril de 2006, foram emitidas 51.000 debêntures nominativas escriturais, da 1ª emissão, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo 9.800 para a 1ª e 2ª séries e 31.400 para a 3ª série. O valor nominal total da emissão foi de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, por R\$ 533.883.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- **Primeira série:** A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.
- **Segunda série:** O pagamento do principal está sendo realizada em parcelas anuais, com vencimento final em 1º de outubro de 2009 e de 2013 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de outubro de 2007 e de 2013.
- **Terceira série:** Esta série foi integralmente liquidada.

Como garantia da emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da Companhia contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a Companhia contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao agente fiduciário.

- b. Esta emissão foi integralmente liquidada em setembro de 2012.
- c. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, totalizando R\$ 1.100.000, na data de emissão.

## Notas Explicativas

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série ao valor nominal de R\$ 1 na data da emissão. As debêntures da 1ª série não tem seu valor nominal atualizado e a remuneração é baseada na variação acumulada de 109% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;
- Juros: trimestralmente, entre 15 de julho de 2013 e 15 de setembro de 2017.

As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures de 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures tem seu valor nominal atualizado pelo IPCA sob o qual incidem juros remuneratórios 2,71% a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debêntures da 2ª série não poderão ser facultativamente resgatadas.

Os principais critérios para decretação do vencimento antecipado das debêntures desta emissão são:

- Distribuir dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura de Emissão, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
  - Distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a 4.
- d.** Em 25 de novembro de 2011, a Companhia realizou a 2ª emissão de notas promissórias, emitindo 380 notas promissórias, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 950.000. As notas promissórias desta emissão foram integralmente liquidadas em novembro de 2012
- e.** Em 14 de novembro de 2012, foi realizada a 3ª emissão de notas promissórias, sendo 50 notas promissórias, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 50.000.

O valor nominal e os juros serão pagos no vencimento, em 3 de maio de 2013.

As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

**Notas Explicativas****15 Fornecedores**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecedores prestados de serviços nacionais (a)	10.749	24.262
Fornecedores prestados de serviços estrangeiros (a)	112	23
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>13.476</u>	<u>12.113</u>
	<u>24.337</u>	<u>36.398</u>

(a) Os saldos referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

**16 Obrigações fiscais****a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRPJ e CSLL	100.394	18.463
ISS	8.090	7.655
COFINS	4.373	4.158
IRRF	170	-
PIS, COFINS e CSLL retidos	519	493
PIS	948	901
INSS retido	1.024	1.745
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	<u>3</u>	<u>194</u>
	<u>115.521</u>	<u>33.609</u>

**b. Obrigações fiscais federais parceladas**

	<u>2011</u>			<u>2012</u>		
	Saldo inicial	Atualizações	Pagamentos	Realização	Transferências	Saldo final
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)						
Circulante	34.365	2.285	(35.504)		35.204	36.350
Movimentação em 2011	28.922	7.971	(23.182)	-	20.654	34.365
Não Circulante	374.562	25.462		-	(35.204)	364.820
Movimentação em 2011	361.045	34.171	-	-	(20.654)	374.562

(1) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas,

## Notas Explicativas

atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011 com as seguintes condições:

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério.
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos.
- Bens arrolados ou outras garantias sobre os parcelamentos vinculados à lei 11.941/09.
- Nenhum risco associado e perda do regime especial de pagamento.

### 17 Provisões para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2011</u>	<u>2012</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/reversão de provisão</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo final</u>
Não Circulante				
Cíveis e administrativos	268	586	-	854
Trabalhista e previdenciárias	357	31	-	388
	<u>625</u>	<u>617</u>	<u>-</u>	<u>1.242</u>
	<u>2010</u>	<u>2011</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/reversão de provisão</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo final</u>
Não Circulante				
Cíveis e administrativos	863	601	(1.196)	268
Trabalhista e previdenciárias	1.661	1.603	(2.907)	357
	<u>2.524</u>	<u>2.204</u>	<u>(4.103)</u>	<u>625</u>

A companhia possui outros processos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.



**Notas Explicativas**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cíveis	3.691	16.557
Trabalhistas	8.336	4.018
Tributárias	<u>27.117</u>	<u>23.828</u>
	<u><b>39.144</b></u>	<u><b>44.403</b></u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 100.753 para os processos em andamento.

**18 Arrendamento mercantil****a) Operacional**

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	<u>Pagamentos futuros mínimos</u>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Até um ano	789	48
Acima de um ano e até cinco anos	657	-

A Companhia opera com 32 veículos de frota (10 em 31 de dezembro de 2011) com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu as despesas com operações de arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 1.022 em 31 de dezembro 2012 (R\$ 1.165 em 31 de dezembro de 2011).

**b) Financeiro**

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 3.032 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

**Ativo imobilizado – valor líquido**

**Notas Explicativas**

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Sistema Operacionais	14	-	-	-	82.980	(61.445)	21.535
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	48.707	-	48.707
Móveis e utensílios	12	-	-	-	3.859	(2.138)	1.721
Máquina e equipamentos	15	-	-	-	25.662	(13.669)	11.993
veículos	21	3.032	(1.041)	1.991	2.309	(497)	1.812
		<u>3.032</u>	<u>(1.041)</u>	<u>1.991</u>	<u>163.517</u>	<u>(77.749)</u>	<u>85.768</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 184 e R\$ 558 relativos à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2012		2011	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Até um ano	891	787	1.466	1.155
Acima de um ano e até cinco anos	319	235	1.309	951

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

**19 Provisão de manutenção**

	2011	2012				
		Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Saldo inicial						
Circulante	59.966	27.405	3.848	(83.776)	-	7.443
Não circulante	-	601	2	-	-	603

  

	2010	2011				
		Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Saldo inicial						
Circulante	106.875	39.386	11.323	(126.537)	28.919	59.966
Não circulante	50.473	(27.987)	6.433	-	(28.919)	-

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% a.a.

## Notas Explicativas

- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2012: 8,20% a.a.

### 20 Patrimônio Líquido

#### a. Capital social

Representado por 175.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. Não houve movimentação das ações durante o período.

#### b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2013.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

#### d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 26 de abril de 2012, foi aprovado em AGO o pagamento dos dividendos complementares relativos aos lucros do exercício de 2011, no montante de R\$ 152.250, correspondentes a R\$ 0,87 por ação, com início de pagamento para em 27 de abril de 2012, tendo sido aprovados e pagos na data prevista.

Em 29 de outubro de 2012, foram distribuídos aos acionistas dividendos intermediários no montante de R\$ 257.250, correspondente a R\$ 1,47 por ação, sendo R\$ 255.599 à conta de lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 30 de julho de 2012 e R\$ 1.651 a conta da totalidade do saldo da reserva de Retenção de Lucros de 31 de dezembro de 2011.

A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2012, no montante de R\$ 111.000, correspondente a R\$ 0,063429 por ação, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

**Notas Explicativas**

Lucro líquido do exercício	<u>563.865</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	<u>140.966</u>
Dividendos intermediários pagos	255.599
Dividendo adicional proposto	<u>111.000</u>
	<u>366.599</u>

## e. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Lucro Líquido básico e diluído

(Em milhares, exceto lucro por ação)

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Númerador</b>		
Lucro líquido do exercício	563.865	496.377
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>3,22</u>	<u>2,84</u>

**21 Receitas**

	<u><b>2012</b></u>	<u><b>2011</b></u>
Receitas de pedágio	1.670.155	1.522.836
Receitas de construção (ICPC 01-R1)	117.334	60.950
Receitas acessórias	<u>23.567</u>	<u>20.794</u>
<b>Receita bruta</b>	<b>1.811.056</b>	<b>1.604.580</b>
Impostos sobre receitas	(129.424)	(118.240)
Devoluções e abatimentos	-	474
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u><b>(129.424)</b></u>	<u><b>(117.766)</b></u>
<b>Receita líquida</b>	<u><b>1.681.632</b></u>	<u><b>1.486.814</b></u>

## Notas Explicativas

### 22 Resultado financeiro

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(126.222)	(91.611)
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.699)	(8.179)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	-	(742)
Juros sobre impostos parcelados	(27.747)	(40.267)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.850)	(17.756)
Capitalização de custos dos empréstimos	8.379	6.619
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	<u>(6.211)</u>	<u>(8.818)</u>
	<u>(165.350)</u>	<u>(160.754)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.154	12.319
Juros e outras receitas financeiras	257	316
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	90	506
Descontos obtidos	<u>-</u>	<u>113</u>
	<u>12.501</u>	<u>13.254</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><u>(152.849)</u></u>	<u><u>(147.500)</u></u>

### 23 Instrumentos financeiros

#### *Política*

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicativos de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

## Notas Explicativas

	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	33.325	-	-	125.137	-	-
Contas a receber	-	6.673	-	-	5.066	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	97.092	-	-	91.825	-
<b>Passivos</b>						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(1.023)	-	-	(2.106)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(188.775)	-	-	(233.957)
Debêntures e notas promissórias	-	-	(1.245.068)	-	-	(1.270.696)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(45.923)	-	-	(58.700)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(5.509)	-	-	(5.681)
	<u>33.325</u>	<u>103.765</u>	<u>(1.486.298)</u>	<u>125.137</u>	<u>96.891</u>	<u>(1.571.140)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos;
- **Debêntures e notas promissórias mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2012		2011	
	Valor Contábil (*)	Valor Contábil (*)	Valor Contábil (*)	Valor Contábil (*)
Debêntures e notas promissórias	1.250.327	1.279.080	1.271.685	1.283.882

(\*) Valores brutos dos custos de transação

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

- **Empréstimos e Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos

## Notas Explicativas

valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamentos específicas para financiamento de investimento, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo. Conforme descrito na nota explicativa nº 13.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 33.325 em 31 de dezembro de 2012, R\$ 125.137 em 31 de dezembro de 2011.

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas:

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>							
Debêntures	Aumento do CDI	setembro de 2017	Autoban	978.710	(74.136)	(92.741)	(111.374)
Debêntures	Aumento do IGP-M	outubro de 2013	Autoban	30.371	(4.953)	(5.414)	(5.874)
Debêntures	Aumento do IGP-M	abril de 2014	Autoban	53.310	(13.459)	(14.512)	(15.586)
Debêntures	Aumento do IPC-A	outubro de 2017	Autoban	137.500	(12.178)	(13.738)	(15.737)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	maio de 2013	Autoban	50.436	(1.272)	(1.582)	(1.888)
<b>Efeito líquido</b>					<b>(105.997)</b>	<b>(127.987)</b>	<b>(150.460)</b>

### As taxas de juros consideradas foram:

CDI (1)	6,90%	8,63%	10,35%
IGPM (2)	7,82%	9,77%	11,73%

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se a taxa de 31/12/2012, divulgada pela CETIP.

## Notas Explicativas

(2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

### 24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos, cobertura de obra- R\$ 67.792;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 71.000;
- Responsabilidade civil – R\$ 86.000;
- Perda de receita – R\$ 148.407.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 367.305, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 83.500 (500 por veículo), para danos morais de R\$ 13.583 (R\$ 81 por veículo), para equipamentos R\$ 3.200 (100 por veículo) e para acessórios R\$ 83 (3 por veículo).

### 25 Compromissos vinculados a contratos de concessão

#### a. *Compromissos com o Poder Concedente*

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2012	2011	2012	2011
Outorga fixa a pagar	1.366.390	1.582.064	1.200.636	1.358.213

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2012, estavam assim distribuídos:



**Notas Explicativas**

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2013	256.198	249.541
2014	256.198	237.658
2015	256.198	226.341
2016	256.198	215.563
Após 2016 até 2018	341.598	271.533
	<u>1.366.390</u>	<u>1.200.636</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do período de 2012 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 222.613 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 199.649 no período findo em 31 de dezembro de 2011).

A AutoBan está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

**b. Decorrente do direito de outorga variável**

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 4.349 (R\$ 4.753 em 31 de dezembro de 2011).

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2012 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 50.633 referente ao direito de outorga variável (R\$ 35.423 no período findo em 31 de dezembro de 2011).

**c. Compromisso com o Poder Concedente**

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2012, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 1.148.884 (R\$ 1.079.719 em 31 de dezembro de 2011), a serem realizados até o final do prazo de concessão.

**d. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins**

De acordo com Termo Aditivo Modificado n°. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixa da Concessão, recompondo o equilíbrio financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

**Notas Explicativas****26 Plano de Previdência Privada (contribuição definida)**

Os montantes reconhecidos como despesas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	639	445

**Composição do Conselho da Administração**

Antonio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

**Composição da Diretoria**

Maurício Soares Vasconcelos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

**Contador**

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452-03

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

### 1.1. PROJEÇÕES

#### *a) objeto da projeção*

##### **EBITDA ajustado<sup>2</sup> da Companhia**

Demonstrar os objetivos da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (também referido como *EBITDA – earnings before interests, taxes, depreciation and amortization*) ajustado.

Disposições gerais sobre projeções

Algumas declarações e estimativas contidas neste item podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitos a riscos, conhecidos ou não. Cabe ainda destacar que as informações constantes neste item, baseiam-se em informações históricas de desempenho e projeções de resultados do presente período, sendo que não há garantia de que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam em suposições e análises atuais do ponto de vista da administração da Companhia, de acordo com a sua experiência e outros fatores, tais quais, o ambiente macroeconômico, oportunidades de crescimento, efeitos da concorrência, as condições de mercado do setor de transportes e os resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob o controle da Companhia.

Dados os riscos e incertezas aqui descritos, as projeções podem não vir a se concretizar e não consistem, portanto, garantia ou promessa de desempenho futuro. Ainda, os resultados futuros e o desempenho da Companhia podem diferir substancialmente daqueles previstos nas projeções aqui contidas em razão, inclusive, mas a tanto não se limitando, aos fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, muitos dos quais estão além da capacidade de controle ou previsão por parte da Companhia.

Tendo em vista estas incertezas e limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e projeções contidas neste item.

Nenhum dos profissionais da Companhia ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização por investidores das projeções aqui descritas.

Adicionalmente, a Companhia informa que as projeções aqui divulgadas ainda não refletem todos os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional *IFRS - International Financing Reporting Standards*.

#### *b) período projetado e o prazo de validade da projeção*

As projeções de EBITDA ajustado<sup>2</sup> apresentadas ao mercado referem-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

#### *c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle*

Tais projeções para o EBITDA ajustado<sup>2</sup> da Companhia, que se basearam primordialmente nas premissas descritas abaixo, levam em consideração, na opinião da administração da Companhia, um cenário de crescimento conservador, refletindo uma expectativa de crescimento orgânico da Companhia apenas de acordo com o portfólio atual da Companhia.

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

### Principais premissas que podem ser influenciadas pela administração

- Comportamento dos custos gerenciáveis de pessoal, material, serviços de terceiros e outras despesas de natureza operacional e melhores práticas de mercado (“PMSO”).
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis PMSO.

### Principais premissas que escapam ao controle da administração

- Crescimento do volume de tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, das rodovias operadas pela Companhia.
- Projeções de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme fórmulas paramétricas definidas pelas agências reguladoras de cada rodovia operada pela Companhia e os impactos na receita da Companhia.
- Programa de investimentos da Companhia (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a manutenção dos ativos).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados por consultoria especializada e tiveram como foco principal os desempenhos da economia nacional e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), taxa de juros (Selic), variação do Produto Interno Bruto, Taxas de Juros de Longo Prazo e cotação do dólar.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais, dentre outros).

#### *d. valores dos indicadores que são objeto da previsão*

Projeção de EBITDA ajustado <sup>2</sup> (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2012	
	Mínimo	Máximo
Companhia	940	1.120

**Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais****1.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas****EBITDA ajustado<sup>2</sup> da Companhia**

Reconciliação dos valores realizados:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido	563,9	496,4	410,3
(+) IR/CS	284,8	253,5	217,1
(+) Resultado financeiro	152,8	147,5	127,4
(+) Depreciação e amortização	<u>91,3</u>	<u>78,8</u>	<u>67,0</u>
EBITDA (1)	1.092,8	976,2	821,8
(+) Provisão de manutenção e apropriação de pagamentos antecipados relacionados à concessão	<u>32,7</u>	<u>16,2</u>	<u>49,7</u>
EBITDA Ajustado (2)	<u>1.125,5</u>	<u>992,4</u>	<u>871,5</u>

(1) Calculado de acordo com Instrução Normativa CVM 527/12

(2) Conforme Instrução CVM nº 527, 4 de outubro de 2012, a Companhia passou a divulgar em suas Demonstrações Financeiras, desde os resultados do 4º trimestre de 2012 e do ano de 2012, o EBITDA calculado da seguinte forma: resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações. Para fins das projeções indicadas neste item 11 do Formulário de Referência é utilizado o EBITDA ajustado, conforme vinha sendo divulgado pela Companhia. O EBITDA ajustado inclui na somatória, além das rubricas mencionadas, as outras despesas não-caixa: provisão de manutenção e apropriação de despesas antecipadas da outorga.

Conforme premissas indicadas neste item, o EBITDA ajustado da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atingiu R\$ 1.125,5 milhões, ou seja, excedeu o intervalo projetado, tendo em vista que a receita operacional de pedágio da Companhia performou acima de suas projeções. Tal fato decorre do crescimento do volume de tráfego no exercício de 2012, o qual superou o crescimento do PIB no mesmo período, bem como de reduções pontuais nos custos operacionais da Companhia. Segue abaixo a comparação entre a então projeção e o efetivo EBITDA ajustado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

<b>Projetado para exercício findo em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>Efetivo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012</b>
<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Realizado</b>
940,0	1.120,0	1.125,5

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.  
 Av. Prof. Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, 200  
 Bairro do Retiro - 13209 500 - Jundiaí - SP  
 tel / fax: 55 (11) 4589 4000  
 www.grupoccr.com.br/autoban



## PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2013

Nos termos do artigo 196 da Lei de Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação na AGO, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2013, no valor de R\$ 277.325.000,00 (duzentos e setenta e sete milhões, trezentos e vinte e cinco mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2013.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 277.325.000,00

### Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia	R\$ 277.326.000,00
---	--------------------

### Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2012	R\$ 197.266.143,28
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 80.059.856,72

Jundiaí, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE  
 Presidente do Conselho de Administração

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

#### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima

referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Auditoria das demonstrações financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 29 de fevereiro de 2012 e 11 de março de 2011, respectivamente, sem ressalvas.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 3, que foram efetuadas para tornar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, tomados em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro

Contador

CRC nº 1 SP 109447/O-6



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 27 de fevereiro de 2013 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Jundiaí, 27 de fevereiro de 2013.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 27 de fevereiro de 2013 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Jundiaí, 27 de fevereiro de 2013.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional

## Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Adequação do texto da seção Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais de modo a identificar O LAJIDA e LAJIR ajustado em atendimento a INCVM 527/12.